



A LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

Angélica Cristina Debiasio Vitor ¹

Camila Soares de Souza ²

Matheus Luiz de Souza Céfaló ³

Orientadora Riza Amaral Lemos ⁴

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa de conclusão de curso em Pedagogia que investigou a trajetória do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação Infantil do município de Jundiaí – SP, sede da universidade em que se desenvolveu o estudo. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseou-se em revisão bibliográfica e análise documental, contemplando autores como Maria Teresa Eglér Mantoan e Ferdinand Berthier, além de textos legais que orientam o ensino da Libras, como a LDBEN nº 9394/1996, a Lei nº 10.436/2002 e a Lei nº 13.146/2015. Considerando o papel das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na promoção da inclusão, o estudo discutiu como recursos digitais, a exemplo de vídeos, aplicativos e plataformas interativas, podem favorecer o ensino da Libras desde a Educação Infantil. Os resultados evidenciam a ausência de políticas públicas municipais específicas voltadas ao tema, o que reforça a necessidade de iniciativas locais que valorizem a Libras e integrem o uso de tecnologias como aliadas à educação inclusiva.

Palavras-chaves: Educação Infantil; LIBRAS; Inclusão; Tecnologias Digitais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz o recorte de uma pesquisa realizada na Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia que teve como objetivo investigar sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação Infantil no município de Jundiaí - SP, utilizando-se a metodologia qualitativa de pesquisa, que de acordo com Denzin e Lincoln (2006), adota uma abordagem interpretativa da realidade, na qual os pesquisadores analisam os fenômenos em seus contextos naturais, buscando

¹ Graduanda em Pedagogia do Centro Universitário Padre Anchieta. angelicacrisdebiasio@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia do Centro Universitário Padre Anchieta. casoaoressouza145@gmail.com

³ Doutorando em Educação pela Universidade São Francisco - USF. Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo - USP. Diretor Educacional da rede municipal de Campinas/SP. Professor do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Padre Anchieta - UniAnchieta. Historiador, Pedagogo e Sociólogo. E-mail: matheus.cefalo@anchieta.br

⁴ (Orientadora) Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Educação no Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Diretora Educacional e Produtora Executiva da EducaTV Emissora da Secretaria de Educação de Campinas. Professora da Universidade Padre Anchieta/ Jundiaí e da Cogna Educacional. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos GEPEJA/Unicamp e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças - GEPPATEC - NEPP/Unicamp. E-mail: riza.lemos@escolas.anchieta.br





compreendê-los a partir dos significados atribuídos pelas pessoas.

A pesquisa baseou-se na abordagem documental, que utiliza fontes variadas tais como: documentos oficiais, relatórios, dados estatísticos entre outros (Fonseca, 2002) e bibliográfica, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013) é

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

No caso desta pesquisa, foram utilizados documentos oficiais que compõem a política educacional brasileira, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/1996), a Lei nº 10.436 do ano de 2002, que estabeleceu a LIBRAS como língua oficial dos surdos contribuindo para criações de novas leis inclusivas, como a educação bilíngue descrita na Lei nº 13.146 de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que estabeleceram a Língua Brasileira de Sinais como primeira e a Língua Portuguesa como secundária, feitos que aumentaram a visibilidade surda na sociedade e no âmbito educacional, dentre outros dispositivos legais e documentos normativos nacionais e internacionais, bem como os estudos realizados por Mantoan (2003).

O ensino da Libras é de suma importância por garantir a inclusão e acesso à educação de pessoas com deficiência auditiva, permitindo que a comunidade surda participe da sociedade e tenha seus direitos respeitados. Dessa forma, a inclusão da LIBRAS no currículo escolar não apenas atende às Diretrizes da Educação Inclusiva, mas também fortalece a autonomia e a participação da comunidade na sociedade. Ao ser trabalhada desde a educação infantil as crianças aprendem a incluir e respeitar as diferenças dentro do núcleo escolar.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) podem potencializar o ensino da LIBRAS desde a Educação Infantil, ao oferecer recursos interativos, como vídeos e aplicativos, que tornam a aprendizagem mais acessível e lúdica. Bem como, favorecem a formação docente e o desenvolvimento de práticas





pedagógicas mais inclusivas, fortalecendo o diálogo entre surdos e ouvintes no ambiente escolar.

A escolha da cidade de Jundiaí para a realização deste trabalho se fundamenta tanto pelo fato de ser o local onde as pesquisadoras vivem e trabalham, quanto pelo fato do município não possuir políticas públicas específicas para o trabalho com LIBRAS desde a Educação Infantil. Os dados indicam que, embora possua muitas instituições voltadas a esse ensino, a presença da língua nas escolas ainda é limitada e essa ausência na grade curricular dificulta a inclusão de crianças surdas e a disseminação dessa cultura também aos ouvintes. A inclusão dessa formação desde a Educação Infantil nas escolas constitui passo essencial para garantir a acessibilidade e fortalecimento da comunicação entre todas as crianças, promovendo uma sociedade mais inclusiva.

Os resultados obtidos por meio dessa pesquisa, indicam que desde da Declaração de Salamanca em 1994 até a promulgação da Lei n ° 10.436 de 2002, muitos avanços na educação dos surdos foram alcançados no Brasil, no entanto, Jundiaí ainda não possui o ensino de LIBRAS no currículo escolar desde a Educação Infantil. Dessa forma, a efetivação de políticas públicas municipais e formação continuada para os professores são fundamentais para a concretização do previsto nas diretrizes educacionais.

EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO DE SURDOS EM JUNDIAÍ

A Educação Infantil foi inserida na Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), que a define como a primeira etapa da Educação Básica, destinada a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), o trabalho pedagógico nessa fase deve ocorrer por meio do conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, assegurando a autonomia, a socialização e o desenvolvimento integral. A BNCC destaca ainda que “as crianças aprendem e se desenvolvem brincando, pois o brincar é uma atividade essencial da infância e uma forma privilegiada de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil” (Brasil, 2018, p. 36).

O desenvolvimento humano na primeira infância é decisivo para a formação cognitiva, motora e sociocultural, sendo a inclusão um princípio indispensável nesse processo. Para Mantoan (2003, p. 14), “se o que pretendemos é que a escola seja





inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. Assim, a educação inclusiva aplicada desde a Educação Infantil potencializa o desenvolvimento da criança surda, especialmente em ambientes bilíngues, como prevê a Lei nº 14.191/2021.

Em Jundiaí, embora existam iniciativas e instituições que promovem o ensino de LIBRAS, como a Associação e Clube dos Surdos de Jundiaí (ACSJ) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a presença da língua nas escolas ainda é limitada. Apesar de a Lei nº 10.436/2002 determinar que os sistemas educacionais garantam a inclusão do ensino de Libras na formação docente, o município carece de políticas públicas que assegurem sua efetiva implementação na Educação Infantil. A introdução da Libras nessa etapa é fundamental para promover a acessibilidade e o respeito à diversidade linguística, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e social de todas as crianças, surdas e ouvintes.

Nesse contexto, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) constituem importantes aliadas para o fortalecimento da inclusão e da aprendizagem na Educação Infantil. O uso de recursos digitais, como jogos interativos, vídeos educativos e aplicativos de tradução de sinais, pode favorecer o ensino da LIBRAS de forma lúdica e acessível, ampliando o contato das crianças com a língua e a cultura surda. Além disso, as TDIC contribuem para a formação continuada dos professores, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e colaborativas que valorizam a diversidade linguística e fortalecem a construção de uma escola mais inclusiva e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a comunicação uma necessidade humana, o uso da LIBRAS possibilita à pessoa surda participação ativa na sociedade, garantindo-lhe acesso à educação, ao trabalho e aos demais espaços sociais. O ensino da Língua Brasileira de Sinais desde a infância favorece o desenvolvimento integral e a equidade de acesso ao currículo escolar. Conforme a Lei nº 10.436/2002, a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, assegurando o direito linguístico da comunidade surda. Nesse sentido, a inserção da Libras nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de Educação Infantil em Jundiaí é essencial para consolidar práticas inclusivas e promover o respeito à diversidade.





As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) ampliam as possibilidades de aprendizagem da Libras, tornando o processo mais dinâmico e acessível. Recursos como vídeos educativos, aplicativos de tradução de sinais e plataformas digitais interativas podem auxiliar na mediação pedagógica e no contato das crianças com a cultura surda. Além disso, contribuem para a formação docente continuada, possibilitando que professores aprimorem o uso da Libras em sala de aula e fortaleçam o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

BERTHIER, Ferdinand. *Histoire de la langue des signes*. Paris: Éditions du Fox, 1984.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

BRASIL. *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394/1996 para dispor sobre a educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

